



(CNPJ nº: 26.136.748/0001-00)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados mensalmente, de acordo com a legislação tributária com aliquotas vigentes abaixo apresentadas:  
 Imposto de Renda é calculado a alíquota de 15% com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder a 240 mil, e a Contribuição Social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. De acordo com a Lei nº 14.448, de 2022, durante o período entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, as companhias de seguros e de capitalização foram obrigadas a recolher 16% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em vez dos habituais 15%. Após exercício findo de 2022 até o presente alíquota da CSLL voltou aos habituais 15%.  
 A Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, menciona que o prejuízo fiscal poderá ser compensado com lucros futuros, sempre respeitando o limite de 30% sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões. A companhia aplicou prejuízo operacional no ano-calendário de 2022 e controla na Parte B do LALUR, para compensar com lucros futuros, conforme previsto no artigo 64 da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

No ano-calendário findo em 31/12/2021, foram apurados valores de R\$ 742 mil referentes ao IRPJ e de R\$ 462 mil referentes à CSLL, registrados como valores a compensar, conforme Nota Explicativa nº 8, em razão do prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL apurados no exercício. Em função do regime de apuração anual por estimativa, que não permitia compensação direta desses valores com o exercício IRPJ e a CSLL vencedora, a Companhia formalizou pedidos de compensação por meio de PER/DCOMP, utilizando tais saldos para quitação de débitos de outros tributos federais, especialmente PIS e COFINS.  
 No exercício de 2025, tais saldos foram integralmente utilizados, não existindo, ao final desse exercício, qualquer montante registrado ou passível de aproveitamento futuro relacionado aos valores originados do prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL do exercício de 2021.  
 Através de estudos da nova Administração da Companhia há perspectivas de lucros futuros sendo possível reconhecer contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social. Também foram reconhecidos créditos decorrentes de adições temporárias tributadas à 25% para IRPJ e 15% da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

ADIÇÕES TEMPORÁRIAS	Alíquota	CRÉDITO
7.628	25%	1.907
7.628	15%	1.144

**2.1.4 – Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.083
2026	3.051	-
<b>Total</b>	<b>3.051</b>	<b>1.083</b>

**2.15 – Política de Dividendos e Participação nos Lucros**

**2.15.1 – Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**  
 De acordo com a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral realizada em 16/01/2023, deliberou-se sobre o direito dos acionistas aos dividendos obrigatórios, os quais corresponderão a 50% do lucro líquido dos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025. Para os exercícios subsequentes, o percentual mínimo dos dividendos obrigatórios passará a 30% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as disposições do Acordo de Acionistas da Companhia.

No exercício social de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante bruto de R\$ 11.726 mil, os quais foram apurados em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e com a regulamentação aplicável, tendo como base de cálculo exclusivamente os valores do patrimônio líquido efetivamente incorporados até a data da deliberação, sendo integralmente observados os limites legais para a constituição do JCP.  
 Sobre o valor bruto deliberado, foi retido e recolhido o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), à alíquota de 15%, no montante de R\$ 1.759 mil, conforme legislação vigente, tendo o valor líquido sido disponibilizado aos acionistas.

Adicionalmente, por solicitação do acionista controlador do Grupo BMG, a Companhia constituiu, no exercício de 2025, uma provisão no valor de R\$ 2.487 mil, como medida de prudência fiscal e regulatória, considerando o contexto de avaliação dos limites de dedutibilidade e a necessidade de mitigação de riscos tributários ou financeiros para o grupo financeiro.

Os valores distribuídos a título de Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados no patrimônio líquido da Companhia, mediante utilização de reservas estatutárias, não tendo resultado em qualquer prejuízo econômico ou financeiro aos próprios acionistas. A deliberação observou, adicionalmente, as políticas de distribuição de capital exigidas pela SUSEP, estando a Companhia em conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis às sociedades supervisionadas.

Para fins societários, os valores distribuídos a título de Juros sobre o Capital Próprio são considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios do exercício, reduzindo o montante a ser distribuído posteriormente a esse título, nos termos da legislação societária aplicável.

**2.15.2 Participação nos Lucros**

A Companhia possui política de participação nos lucros pelos funcionários homologado no sindicato da categoria. As participações são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do lucro da empresa ou sua deliberação.  
**3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES**  
 As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica em negócios semelhantes, que inclui a expectativa de eventos futuros, considerando premissas razoáveis para as circunstâncias.

A Companhia é parte em processos cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, é realizado a partir da análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro.  
 A Companhia mantém suas Provisões Técnicas constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais, conforme determinações e critérios estabelecidos pelas Circular nº. 648/2021 (antiga Circular SUSEP nº. 517/2015), Resolução CNSP nº 343/2016 e Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, baseado em informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o NBC TG 25 (R2).

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

**3.1 – Estimativa do valor justo**

Os valores justos dos ativos e passivo financeiros são registrados com base em preços de negociação, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos e passivos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível I – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível II – inputs derivados dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1. Que são observáveis para ativo ou passivo. Diretamente.
- Nível III – inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs observáveis).

Ativos financeiros classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" tem seu valor de mercado estimado no preço unitário informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Já os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

**3.2 – Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis**  
 Segundo o pronunciamento CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação. A Companhia reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados, quando devidos, são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.

**4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia, define em sua política os seguintes temas relevantes para foco de análise e gestão de riscos de maneira a proteger o alcance de seus objetivos e sustentabilidade de seus resultados

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco cibernético;
- Risco de estratégia;
- Risco de compliance;
- Risco de reputação;
- Risco de sustentabilidade.

A finalidade desta nota explicativa é a de apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação destes riscos.

**Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A Companhia possui uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) que está organizada para a concepção, implementação, operação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos, de forma compatível com o seu modelo de negócio e o seu porte.  
 No processo de gestão dos riscos, se utiliza de metodologias com referências quantitativas e qualitativas, de forma organizada, integradas e baseadas nas melhores práticas de mercado.  
 O modelo de governança de riscos, envolve todos os níveis hierárquicos da organização e órgãos de governança, tendo como base o conceito de "três linhas" do Instituto de Auditores Internos, com designação clara dos papéis e responsabilidades no processo.  
 A Alta Administração zela pela efetividade da Estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI) e se utiliza de órgãos de assessoramento para auxiliá-la na execução de suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e melhoria contínua. As unidades de Riscos e Controles Internos atuam para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação da EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança.  
 A abordagem multicamadas proporciona o envolvimento e o comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a possibilidade da materialização dos riscos.  
 A gestão dos riscos é sustentada por modelos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de capital, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital e liquidez, indicadores de perdas operacionais dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa e os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar a robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, a companhia conta com o Comitê de Riscos cuja principal competência é a de assessorar o Conselho de Administração na análise e acompanhamento de matérias relacionadas a controles internos, conformidade, atuarial e gerenciamento de riscos.

O relacionamento do Comitê de Riscos com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema de Governança, contudo, sempre é respeitado o nível de dependência que é requerido para as análises técnicas.  
 Na sequência são descritas as formas de gerenciamento para cada categoria de risco relevante:

**Risco de Subscrição**

A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

**Gerenciamento do risco de Subscrição**

São estabelecidas bases técnicas para fixar preços de forma adequada, calcular e propor os valores de limites de retenção, calcular e constituir as provisões técnicas e realizar os testes de adequação de passivos, e outras definições relativas à aceitação ou recusa de riscos.  
 Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento segurado ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, accidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que aqueles previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para eventualmente fazer face aos eventos de subscrição.  
 A Companhia se utiliza estratégias de diversificação dos riscos assumidos, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos sejam minimizados. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas baixas e pelo estabelecimento de reservas técnicas em níveis seguros.

**Concentração de Riscos**

A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região.

Região	Pessoas
Centro Oeste	497.897
Nordeste	2.407.882
Norte	738.746
Sudeste	3.990.109
Sul	986.968
<b>Total Geral</b>	<b>8.621.602</b>

**Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis, decorrente de piora de risco do tomador ou contraparte, refletida em sua classificação de risco.

**Gerenciamento do risco de crédito**

A Administração possui políticas e controles para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidas para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, além de levar em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações bem como a análise dos fatores dinâmicos de mercado que possam alterar as conclusões das análises efetuadas:

- O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:
- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou de amortizações parciais previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas quando as apólices forem canceladas.

**Exposição ao risco de crédito de seguro**

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos em que existe a possibilidade de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.  
 A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera primordialmente com produtos em que a cobrança é realizada diretamente pelo canal bancário e repassado diretamente para a seguradora. Até 31/12/2025 a companhia não possuía contratos ativos com ressegurador, o que anula o risco de crédito da companhia por não ter realizado operações de resseguro.

Capital de risco de crédito	31/12/2025	31/12/2024
Cédulas referentes aos prêmios a receber de parcelas vencidas-cosseguo aceito	37.854	37.957
(-) Redução ao valor recuperável	(1.307)	(893)

Capital adicional baseado nos riscos de crédito	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Bancários	3.447	4.633

Valores em trânsito	2	106
Depósitos judiciais e fiscais	42	40
Títulos privados de Renda Fixa, com prazo de vencimento > 3 meses, emittição judicial financeira	-	-
Prêmios a receber de parcelas vencidas referentes a prêmios de seguro direto	15.503	15.496
CAD direta relacionada a PPNG de comissões pagas aos corretores, agenciadores e estipulantes	33.813	35.111
Outras aplicações	1	1
Títulos e créditos a receber	1.487	854
Créditos tributários e previdenciários decorrentes de ajustes temporais	3.052	1.083
Demais créditos tributários e previdenciários	659	1.204
Quotas de Fundos de Investimento	132.058	115.698
Fator de ponderação do risco - Quotas de fundos de investimento	2,39	1,80

**Gerenciamento do risco de crédito nos investimentos**

A Política de Investimentos da companhia prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por tipo de ativo e emissor, sendo que a carteira da companhia está alocada 100% em ativos lastreados em títulos públicos federais (rating AAA).

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente os seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento dos requisitos regulatórios a qual está subordinada.

A Companhia possui diretrizes que estabelecem índices de liquidez mínimos bem como um buffer de capital que é designado para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos que eventualmente possam ocorrer.

A companhia possui uma forte posição de liquidez em seus ativos gerenciada juntamente as exposições passivas de forma a manter recursos financeiros suficientes para cumprir com tais obrigações à medida que estas atingem o seu vencimento.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação contínua e tempestiva do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro, incluindo as obrigações da carteira de cosseguro.

**Gerenciamento do risco de liquidez**

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para a sua gestão, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Financeira e Administrativa e tem por objetivo controlar os diferentes prazos de liquidação de direitos e das obrigações. Os limites técnicos de liquidez são definidos e acompanhados mensalmente pelo Comitê de Riscos Companhia, onde são monitorados por meio de seus indicadores. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura de suas provisões técnicas.

Ativos Garantidores - Vinculados as Reservas Técnicas	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos	65.351	42.162
Quotas de Fundo Exclusivo de Títulos Públicos	132.058	115.698
<b>Aplicações Vinculadas totais</b>	<b>197.409</b>	<b>157.860</b>

Provisões técnicas de Seguros	150.003	135.945
Provisões Técnicas Previdência	719	989
<b>Provisões técnicas totais</b>	<b>150.722</b>	<b>136.934</b>

<b>Cobertura Suficiente</b>	<b>46.687</b>	<b>20.926</b>
	76,35%	86,74%

**Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos.

**Gerenciamento do risco de mercado**

A Companhia adota boas práticas e metodologias de gestão de risco de mercado e monitora as suas exposições a prazos, moedas, taxas e indexadores, bem como o equilíbrio entre os seus ativos e passivos, de acordo com os limites estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que a carteira da companhia está alocada somente no fator de risco de juros pós-fixado (Selic e CDI). Conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>TÍTULOS PRIVADOS - CURTO PRAZO</b>		
Outras Aplicações - FI Banco do Brasil	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS - CURTO PRAZO</b>		
Quotas de Fundos de Investimentos	132.058	115.697
LFT	65.350	42.162
<b>TOTAL</b>	<b>197.408</b>	<b>157.859</b>
<b>TOTAL DOS TÍTULOS</b>	<b>197.409</b>	<b>157.860</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos Privados	0,00%	0,00%
Títulos Públicos	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Risco operacional**

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoais ou sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

**Gerenciamento do risco operacional**

É utilizada metodologia para a identificação e avaliação de criticidade de cada risco operacional identificado, bem como a sua exposição frente aos limites estabelecidos e de acordo com a alçada de tratamento definida na Política de Alçadas.  
 A Companhia adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos de gestão dos riscos operacionais e de avaliação destes riscos em todas as atividades.  
 Cada colaborador é responsável por riscos dentro dos parâmetros de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas internas, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles em suas atividades; comunicar prontamente ao seu gestor imediato eventuais ocorrências, perdas ou deficiências; e colaborar com informações sobre as suas atividades, riscos e eventuais oportunidades de melhoria.

**7 – CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES**

Correspondem a operações de contas a receber demonstradas abaixo:

**7.1- Movimentações de seguro – Cosseguro Aceito**

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/Perda de Renda	Vida em Grupo	Previdência	31.12.2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.626</b>	<b>9.470</b>	<b>2.643</b>	<b>499</b>	<b>3.734</b>	-	<b>17.972</b>
Emissões	17.892	200.571	48.614	11.314	76.106	-	354.497
Cancelamentos	(1)	(25.597)	(1.768)	(16)	(2.045)	-	(29.427)
Recebimentos	(18.702)	(175.199)	(45.949)	(11.721)	(75.210)	-	(327.501)
RVNE	342	2.278	2.244	159	847	-	5.870
Redução ao Valor Recuperável	(304)	(30)	(481)	-	(492)	-	(1.307)
<b>Saldo Final - Prêmios de Cosseguros</b>	<b>853</b>	<b>10.773</b>	<b>5.303</b>	<b>235</b>	<b>2.940</b>	-	<b>20.104</b>
<b>Créditos com cosseguradora</b>	-	-	-	-	-	-	<b>22.352</b>
<b>Créditos das Operações de Previdência Complementar</b>	-	-	-	-	-	<b>2.640</b>	<b>2.640</b>
<b>Créditos das Operações</b>	<b>853</b>	<b>10.773</b>	<b>5.303</b>	<b>235</b>	<b>2.940</b>	<b>2.640</b>	<b>45.096</b>

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/Perda de Renda	Vida em Grupo	Previdência	31.12.2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.692</b>	<b>17.027</b>	<b>2.455</b>	<b>1.289</b>	<b>5.050</b>	-	<b>27.513</b>
Emissões	17.675	233.929	57.918	13.600	88.860	-	411.982
Cancelamentos	(19)	(14.245)	(547)	(12)	(916)	-	(15.739)
Recebimentos	(17.384)	(229.848)	(57.418)	(14.441)	(89.169)	-	(408.260)
RVNE	76	2.668	236	63	326	-	3.369
Redução ao Valor Recuperável	(414)	(61)	(1)	-	(417)	-	(893)
<b>Saldo Final - Prêmios de Cosseguros</b>	<b>1.626</b>	<b>9.470</b>	<b>2.643</b>	<b>499</b>	<b>3.734</b>	-	<b>17.972</b>
<b>Créditos com cosseguradora</b>	-	-	-	-	-	-	<b>22.461</b>
<b>Créditos das Operações de Previdência Complementar</b>	-	-	-	-	-	<b>422</b>	

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/141A-39E6-B9A1-E4C2> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 141A-39E6-B9A1-E4C2



### Hash do Documento

6136F3CAA467BEEE0DF10EE532087BCB0244046C980CC602DDCB9EDDE4BEBA6D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/02/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 26/02/2026 21:44 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

### Evidências

**Geolocation:** Location not shared by user.

**IP:** 172.16.4.5

**AC:** AC Certisign RFB G5

